



Ministério da Agricultura,
Mar, Ambiente e
Ordenamento do Território

DGAV
Direção - Geral
de Alimentação
e Veterinária

Plano de Ação Nacional para o Controlo da *Pseudomonas syringae* pv. *actinidiae* do Kiwi (PSA)



Foto: Gizela Chicau, DRAPN)

Julho de 2012

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	5
3. CARACTERÍSTICAS E EPIDEMIOLOGIA DA DOENÇA	5
4. SITUAÇÃO DA DOENÇA EM PORTUGAL	6
5. ENTIDADES ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO DO PLANO	7
6. PROGRAMA DE PROSPECÇÃO	8
6.1 NOTAS GERAIS.....	8
6.2 POMARES	9
6.3 VIVEIROS E MATERIAIS DE PROPAGAÇÃO.....	10
6.4 FORNECEDORES E MERCADOS LOCAIS	11
7. COLHEITA DE AMOSTRAS	12
8. MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS	13
8.1 POMARES	13
8.2 MATERIAL DE PROPAGAÇÃO.....	14
9. NOTIFICAÇÕES.....	15
10.DESTRUIÇÃO DO MATERIAL VEGETAL	15
11. AÇÕES DE FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO.....	17

ANEXO I- FICHA DE PROSPECÇÃO DE PSA DO KIWI

ANEXO II- CONTATOS DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO FITOSSANITÁRIOS REGIONAIS

ANEXO III - MODELO DE NOTIFICAÇÃO

ANEXO IV- QUEIMAS – PROCEDIMENTOS

1. INTRODUÇÃO

A bactéria *Pseudomonas syringae* pv. *actinidiae* (PSA), apesar de não constar dos anexos I e II da Diretiva nº 2000/29/CE, nem das listas A1 e A2 da Organização Europeia e Mediterrânica para a Proteção das Plantas (OEPP), é reconhecida como um organismo nocivo para as plantas de kiwi. Devido à sua perigosidade, e à sua presença em vários países do sul da Europa, desde novembro de 2009 que faz parte da lista de alerta da OEPP. Esta doença, em relação à qual não são conhecidos, em termos práticos, métodos curativos, tem como hospedeiros as plantas do género *Actinidae*, de que se destacam as espécies *A. deliciosa*, *A. chinensis*, *A. arguta* e *A. kolomita*.

A cultura do kiwi em Portugal é uma das que mais têm vindo a crescer e a expandir-se. Ocupa uma área aproximada de 1500 ha, nas regiões de Entre-Douro e Minho e na região Centro (Beiras), constituindo uma relevante alternativa a outras culturas e uma importante fonte de rendimento e de desenvolvimento regional. O facto da época de produção ser diferenciada da do hemisfério Sul, e da produção nacional ser de boa qualidade, permite a comercialização desta produção para além do mercado interno, também para países terceiros, representando uma mais-valia para o país.

Na União Europeia, para além de Portugal, a doença encontra-se oficialmente presente em Espanha, França e Itália, onde tem causado, nos últimos anos, grandes prejuízos e tem conduzido, nalguns casos, à morte das plantas e ao dizimar de muitos pomares com graves consequências económicas.

Perante os focos de infeção assinalados em Portugal, importa reforçar todas as ações de combate à PSA, de forma a limitar a dispersão da doença e, sempre que possível, erradicar os focos detetados, tendo como fim a proteção da produção nacional de kiwi deste grave problema fitossanitário. Neste sentido, e de acordo com o ponto n.º2 do artigo n.º7 do Decreto-lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), na qualidade de Autoridade Fitossanitária Nacional, emitiu a Circular n.º01/DSFMMP/2012, de 05 de março de 2012, relativa a

medidas de controlo fitossanitário, com vista a limitar a dispersão das áreas infetadas pela bactéria.

No entanto, face à importância da cultura e da perigosidade da doença e dos riscos a ela associados, a DGAV propõe-se, entre outras ações, implementar o presente Plano Nacional.

Neste contexto, os objetivos deste Plano são, em primeiro lugar, a deteção, o controlo e a eliminação/erradicação da doença e, em complemento e em estreita colaboração com outros serviços e os principais agentes da fileira, a realização de ações de formação, de divulgação e de sensibilização.

Para apoio à implementação deste Plano é constituído um Grupo de Acompanhamento do Plano composto por elementos da DGAV, representantes da DRAP Norte e da DRAP Centro, do INIAV, da Associação Portuguesa do Kiwi (APK), da Associação de Viveiristas do Distrito de Coimbra (AVDC) e Frutas Douro ao Minho.

Face ao atual quadro de situação relativo a esta doença em alguns Estados membros, tem vindo a ser discutido no Comité Fitossanitário Permanente (CFP) a elaboração de uma Decisão de Implementação da Comissão para estabelecimento de medidas de emergência destinadas a prevenir a introdução e a dispersão da doença no território europeu.

Pese embora o facto de as discussões no CFP ainda decorrerem, a DGAV considerou que, no interesse da produção nacional, seria de todo importante que o nosso país disponha e aplique rapidamente um Plano de Ação Nacional contra esta doença. Neste sentido, o presente Plano, que foi submetido a parecer prévio dos serviços regionais do MAMAOT, dos competentes serviços das Regiões Autónomas e das organizações de produtores, tem carácter provisório e será revisto após a aprovação da referida Decisão de Implementação da Comissão, o que se espera seja concretizado no último trimestre do presente ano.

2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Além do disposto no **Decreto-Lei n.º 154/2005**, e suas alterações, relativo às medidas de proteção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão no território nacional e comunitário, de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais qualquer que seja a sua origem ou proveniência, Decreto-Lei que transpõe a Diretiva n.º 2000/29/CE, do Conselho, importa para efeitos de aplicação de algumas das medidas mencionadas neste plano de ação, ter ainda em conta os seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 329/2007, que regula a produção, controlo, certificação e comercialização de materiais de propagação e de plantação de espécies hortícolas, com exceção das sementes, e de materiais de propagação de fruteiras e de fruteiras destinadas à produção de frutos;

Decreto-Lei n.º 124/2006, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Regulamento (CE) n.º 1107/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado.

3. CARACTERÍSTICAS E EPIDEMIOLOGIA DA DOENÇA

A bactéria *Pseudomonas syringae* pv. *actinidiae* provoca uma doença caracterizada por originar nas plantas diversos sinais e sintomas, que poderão variar ao longo do ciclo cultural e consoante a intensidade do ataque e a estirpe da bactéria. No nosso país têm sido observados os seguintes sintomas: cloroses e necroses dos gomos; pequenas necroses nas folhas circundadas por halos amarelos; cancrios nos ramos e tronco, com exsudado de cor avermelhada (ferruginoso); flores necrosadas, secagem dos ramos e morte das plantas.

A disseminação da doença, a longa distância, faz-se especialmente por via dos materiais de propagação infetados, incluindo as plantas obtidas por micropropagação, sendo muito provável que seja essa a causa dos recentes focos em

Portugal e na Europa. Foram até à data identificadas 4 populações de *Pseudomonas syringae* pv. *actinidiae*. Os estudos disponibilizados até à data pela OEPP mostram que a população que até agora foi assinalada e identificada em Portugal (Psa 3), mas igualmente em Itália, Espanha, França e Nova Zelândia (na Nova Zelândia e na Austrália está também referenciada a presença de uma outra população – Psa4), é a mais agressiva de todas as populações.

Não existe evidência científica da transmissão da doença pelas sementes, pólen ou pelos frutos, no entanto, por precaução a transmissão pelo pólen, não deve ser descartada.

Outros fatores, têm um papel de grande importância no processo de contaminação e dispersão da doença, designadamente a transmissão associada à ação do homem e de outros fatores bióticos e abióticos (utilização de máquinas agrícolas e equipamentos de poda em diferentes pomares sem se proceder à desinfeção dos mesmos; atividade das abelhas, de outros insetos e de aves; ocorrência de fortes e intensas precipitações e de ventos fortes e as lesões causadas nas plantas pela queda de granizo e pelas geadas).

4. SITUAÇÃO DA DOENÇA EM PORTUGAL

O primeiro foco de PSA foi detetado em março de 2010, na região de Entre-Douro e Minho. Durante o ano de 2011, foram localizados vários novos focos em pomares localizados nos concelhos de Lousada e Amarante, igualmente situados no Norte de Portugal. No mesmo ano foram ainda detetadas na região Norte do país plantas infetadas provenientes de Itália.

Já em 2012, a presença deste organismo nocivo foi oficialmente assinalada nos concelhos de Santa Maria da Feira, Valença, Vila do Conde, Marco de Canaveses e em Felgueiras, todos do Norte de Portugal. Foi também confirmado um foco no concelho de Oliveira do Bairro na região Centro. Os focos detetados foram todos notificados à Comissão Europeia.

Têm vindo a ser aconselhadas pela DGAV e pelas DRAP, entre outras, a implementação de algumas medidas de monitorização do material vegetal, que incluem, além da inspeção visual de pomares e de viveiros, a amostragem, efetuada por inspetores fitossanitários, de lotes de plantas destinadas à plantação, para análise laboratorial.

5. ENTIDADES ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO DO PLANO

Serão diretamente envolvidas neste Plano de Ação as seguintes entidades:

- Direção -Geral de Alimentação e Veterinária – DGAV (coordenação)
- Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária - INIAV
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - DRAPN
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro - DRAPC
- Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo - DRAPLVT
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo - DRAPAL
- Direção Regional de agricultura e Pescas do Algarve - DRALGARVE
- Direção Regional de Desenvolvimento Agrário – RA Açores
- Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural – RA Madeira
- Confederação dos Agricultores de Portugal - CAP
- Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal - CONFAGRI
- Confederação Nacional da Agricultura - CNA
- Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Hortofruticultores - FENAFRUTAS
- Federação Nacional das Organizações de Produtores de Frutas e Hortícolas - FNOP
- Associação de Jovens Agricultores de Portugal - AJAP
- Associação de Viveiristas do Distrito de Coimbra - AVDC
- Frutas Douro ao Minho, S.A.,
- Associação Portuguesa de Kiwi - APK)

Prevê-se ainda a colaboração na execução deste Plano do SEPNA da GNR e da ASAE.

Para além disso, será criado um Grupo de Acompanhamento do Plano, o qual terá por missão proceder ao regular acompanhamento e avaliação das ações previstas e realizadas no âmbito do Plano, bem como propor as alterações e as medidas que considerar oportunas e convenientes. Este grupo reunirá regularmente e será composto por elementos das seguintes entidades: DGAV, DRAPN, DRAPC, INIAV, APK, AVDC e Frutas Douro ao Minho.

6. PROGRAMA DE PROSPEÇÃO

6.1 NOTAS GERAIS

A DGAV, enquanto Autoridade Fitossanitária Nacional, irá coordenar o programa de prospeção, para a *Pseudomonas syringae* pv. *actinidae*, o qual será incluído no programa de prospeção nacional.

O programa de prospeção da PSA incidirá em locais e áreas prioritárias em pomares de kiwi e em viveiros de materiais de propagação de kiwi. Define-se o número e as épocas em que, como regra, as ações de controlo de campo, em pomares, em viveiros, nas instalações de fornecedores e em mercados locais deverão ser realizadas, assim como as observações e a colheita de amostras para análise laboratorial que deverão ser efetuadas.

Os focos detetados no decorrer da execução do programa serão devidamente identificados, registados e mapeados, sempre que possível, com as respetivas coordenadas GPS, para que possa ser assegurado o adequado seguimento do processo de eliminação dos materiais de risco infetados.

Na execução do programa de prospeção nacional, com exceção das ações relativas aos viveiros e instalações de fornecedores – em que unicamente participarão as várias DRAP – estarão envolvidos técnicos de organizações de produtores, previamente habilitados pela DGAV, e em estreita colaboração com as DRAP.

6.2 POMARES

As inspeções e, se for caso disso, a amostragem de plantas suspeitas, são realizadas pelos inspetores fitossanitários das DRAP com a colaboração de técnicos das organizações de produtores que vierem a ser habilitados para apoio a esta atividade.

Os pomares de kiwi, com prioridade para os pomares situados em concelhos onde foram já assinalados focos da doença, serão sujeitos a, pelo menos, uma inspeção de campo anual entre o final do inverno e a primavera (entre fevereiro a maio). Uma segunda inspeção poderá ser efetuada durante os meses de junho a agosto.

Igualmente devem ser considerados prioritários os pomares recentemente instalados e cujas plantas utilizadas não foram objeto de testagem.

Para cada inspeção realizada deve ser preenchida a ficha de prospeção incluída no **Anexo I** deste documento. Todas as plantas suspeitas assim como todas as que tenham sido sujeitas a amostragem devem ser devidamente assinaladas e marcadas.

Os técnicos habilitados das organizações de produtores, deverão, após cada visita a um pomar, preencher a ficha de prospeção e proceder ao seu envio, por correio eletrónico ou fax, para os serviços de Inspeção Fitossanitária das respetivas DRAP, cujos contactos constam do **Anexo II** deste documento.

No caso de técnicos habilitados das organizações de produtores detetarem plantas com sintomas, essa informação deve ser comunicada de imediato à DRAP respetiva para que se possa proceder à notificação oficial para aplicação das medidas fitossanitárias consideradas necessárias.

Recomenda-se que os produtores de kiwi ou as suas organizações informem, atempadamente, os serviços das respetivas DRAP, da plantação de novos pomares, para que os mesmos possam ser incluídos no programa de prospeção.

6.3 VIVEIROS E MATERIAIS DE PROPAGAÇÃO

Deverão ser reforçadas as inspeções oficiais, a realizar pelos inspetores fitossanitários das DRAP, a todos os produtores e fornecedores de plantas de kiwi, as quais se baseiam em observação visual, quer de plantas mãe quer de todas as plantas destinadas a enxertia ou já enxertadas, devendo, igualmente, proceder-se ao controlo documental dos materiais que tiverem sido adquiridos pelos viveiristas ou pelos fornecedores, designadamente a verificação dos respetivos documentos de acompanhamento e das respetivas etiquetas. **Particular atenção deverá ser dada à origem e ao local de produção desses materiais.**

Os inspetores deverão proceder à colheita de amostras para análise em todos os casos em que se observem plantas com sintomas suspeitos. Mesmo em situações de ausência de plantas com sintomas, deverão proceder à colheita de, pelo menos, 2 amostras por local de atividade. Os custos das análises a efetuar ao material de propagação são suportados pelos respetivos viveiristas.

Todas as plantas existentes no viveiro e obtidas a partir de material de propagação provenientes de plantas mãe integradas em pomares de produção frutícola terão que ser sujeitas a uma amostragem oficial para análise laboratorial e só deverão ser colocadas no mercado após se constatar a ausência de infeção. Este material deve permanecer no viveiro durante um ciclo vegetativo completo, antes da sua comercialização, com vista a uma maior garantia da sua sanidade. As plantas em causa deverão estar em condições ambientais muito similares às dos futuros pomares.

As inspeções aos viveiros devem ocorrer prioritariamente durante os meses de janeiro a março. No caso das plantas fruteiras prontas a serem comercializadas para plantação e dos materiais de propagação adquiridos noutros Estados membros da UE deverão ser as mesmas realizadas durante os meses de abril a outubro.

Recorda-se que é obrigatório o registo de todos os produtores e fornecedores de plantas de kiwi destinadas à plantação, tal como referido no Decreto-lei n.º 329/2007, de 8 de outubro de 2007. No caso dos viveiros em relação aos quais se verificar que

não se encontram devidamente licenciados, devem os inspetores das DRAP proceder à elaboração dos respetivos Autos de Notícia para que se proceda à averiguação da situação e, se for o caso, à instrução do respetivo processo de contraordenação.

Tal como consta da Circular nº01/DSFMMP/2012 da DGADR, os produtores e os fornecedores de plantas de kiwi destinadas à plantação, com origem noutros Estados membros da UE, devem informar, atempadamente, os serviços das DRAP da chegada desses materiais para que se possa proceder ao respetivo controlo documental e à colheita de amostras para análise laboratorial, antes da sua plantação. Os custos destas análises serão suportados pelos fornecedores ou pelos importadores das plantas.

Tal como já foi referido, muito embora não haja evidência científica desse facto, admite-se que o pólen possa igualmente ser agente de transmissão da bactéria. Como a polinização artificial constitui uma prática frequente, recomenda-se que o pólen seja devidamente testado previamente à sua utilização.

Pela mesma ordem de razões, todos os produtores deverão ter especial cuidado, com a instalação de colmeias, especialmente se se tratar de colmeias transumantes e provenientes de zonas em que a doença já foi assinalada.

6.4 FORNECEDORES E MERCADOS LOCAIS

Os inspetores fitossanitários das DRAP devem, de forma aleatória, proceder à verificação da conformidade da etiquetagem ou dos documentos de acompanhamento das plantas e à inspeção visual das mesmas, devendo, para além de outras eventuais ações, no caso de plantas que apresentem sintomas suspeitos, proceder à colheita de amostras para realização de análises laboratoriais. Os custos das análises serão suportados pelos respetivos operadores económicos.

A ausência de licenciamento e ou a falta de cumprimento dos requisitos obrigatórios previstos para a comercialização de plantas de kiwi deverão dar lugar ao

levantamento dos respetivos auto de notícia a serem remetidos à ASAE para instrução dos correspondentes processos de contra ordenação.

7. COLHEITA DE AMOSTRAS

Para a amostragem de plantas destinadas a plantação produzidas fora do nosso país, os fornecedores, produtores ou técnicos das organizações de agricultores deverão solicitar a presença de técnico da DRAP respetiva. Pretende-se, assim, sempre que possível, assegurar a presença de um inspetor fitossanitário à chegada das plantas, para proceder à observação das plantas e à colheita de amostras durante a sua descarga.

Nos pomares, as plantas onde são colhidas amostras devem ser marcadas, para no caso de as análises terem resultado positivo, serem facilmente identificadas no pomar, para que se possa proceder ao seu arranque ou poda sanitária, conforme descrito no ponto 8.1 deste documento.

Na colheita de amostras devem ser seguidos os procedimentos que se indicam de seguida.

a) PLANTAS-MÃE

- Deverá ser colhida uma amostra composta por cada quatro plantas-mãe. Neste caso, deverão ser recolhidos, ao acaso, 10 ramos de cerca de 30 centímetros de comprimento, de cada uma das quatro plantas para sacos plásticos individualizados, os quais deverão ser posteriormente acondicionados num saco único.

b) VIVEIROS

- Deverão ser colhidas amostras em 2% das plantas de cada lote, ou seja em cada grupo de 300 plantas devem ser amostradas 6 plantas do seguinte modo:
 - Plantas ramificadas – colher 20 raminhos com cerca de 30 cm do conjunto das 6 plantas;
 - Plantas não ramificadas – colher 3 gomos e folhas de cada planta
 - Plantas envasadas de pequeno porte – colheita da planta inteira

c) POMARES

- Em plantas individuais colher até 10 ramos de cerca de 30 cm de comprimento e com folhas.
- Colher entre 20-40 ramos/ha, de cerca de 30 cm de comprimento e com folhas.
- Em ramos necrosados e sem rebentação deverá ser incluída a zona de transição para o tecido vivo na amostra.

As amostras colhidas devem ser devidamente identificadas e etiquetadas, acondicionadas em saco plástico novo, sem estar hermeticamente fechado, conservado a 4.ºC até ao seu envio para um laboratório reconhecido pela DGAV.

8. MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS

8.1 POMARES

Sem prejuízo de futura regulamentação que se espera vir a ser publicada ainda durante o corrente ano, importa que de imediato sejam tomadas medidas para controlo da doença nos pomares. Assim, todas as plantas suspeitas e as que tenham sido amostradas devem ser devidamente assinaladas e marcadas.

No caso de sintomas nítidos (exsudado ferruginoso), as plantas infetadas que mostrarem sintomas no tronco devem ser monitorizadas e avaliadas (idade da planta, localização do sintoma) a fim de se tomar a decisão que melhor minimize a dispersão da doença. Assim, estas plantas devem ser arrancadas e destruídas sem necessidade de confirmação laboratorial, ou proceder-se ao atarraque do tronco até 1 metro abaixo do ponto de infeção desde que não sejam visíveis sintomas de infeção nos feixes.

As plantas com sintomas apenas nos ramos e ou folhas, devem ser podadas, pelo menos 70 cm abaixo do ponto de infeção, ou até não se observarem sintomas de infeção nos feixes.

Todas as feridas resultantes das podas sanitárias devem se desinfetadas e seladas com produtos apropriados.

Todo o pomar em que forem detetadas plantas infetadas deve ser alvo de particular cuidado, nomeadamente no que respeita a desinfecção de todo o equipamento agrícola, tesouras de poda, o movimento de ramos e do material resultante das podas, o qual deve ser destruído no próprio pomar.

Em redor de cada pomar onde tenha sido detetado um foco de infeção deverá ser estabelecida uma zona de segurança de 500 metros na qual será efetuada uma prospeção mais intensiva.

8.2 MATERIAL DE PROPAGAÇÃO

Se for detetado um foco de infeção num viveiro, num campo de pés-mãe ou num fornecedor todas as plantas de kiwi existentes no local deverão ser destruídas no próprio local. Em redor do local infetado deverá ser estabelecida uma zona de segurança de 500 metros na qual será efetuada uma prospeção oficial intensiva.

O novo material que venha a ser introduzido no viveiro só poderá ser movido desse local se na sequência das prospeções oficiais intensivas efetuadas na zona de segurança, realizadas pelo menos duas vezes por ano (entre o inverno e a primavera e durante o verão), não for detetada a presença da bactéria ou os seus sintomas durante pelo menos um ciclo vegetativo completo.

Se for detetado um foco de infeção a uma distância inferior a 500 m de um viveiro, campo de pés-mãe ou fornecedor, o material não poderá ser movido desse local até, na sequência das prospeções oficiais intensivas efetuadas no viveiro e na nova zona de segurança, realizadas pelo menos duas vezes por ano (entre o inverno e a primavera e durante o verão), não for detetada a presença da bactéria ou os seus sintomas durante pelo menos um ciclo vegetativo completo.

Todo o material de propagação de kiwi, existente noutros locais de atividade do mesmo viveirista ou fornecedor, não poderá ser movimentado, sem uma prévia autorização da DRAP respetiva, que deverá averiguar os riscos de contaminação dos materiais aí existentes.

Os viveiristas e os fornecedores de materiais de propagação devem fornecer aos serviços oficiais, sempre que solicitado, informação detalhada e escrita sobre a receção/expedição de remessas, presentes ou futuras do material de propagação produzido/comercializado.

9. NOTIFICAÇÕES

Compete às DRAP proceder à notificação dos produtores, viveiristas e fornecedores de plantas, informando das medidas fitossanitárias que devem ser aplicadas.

Da notificação oficial deve constar a identificação inequívoca do foco, as medidas fitossanitárias que devem ser obrigatoriamente aplicadas, assim como os possíveis montantes das coimas e as sanções acessórias que podem incorrer por não cumprimento dessas medidas, previstas no Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro.

O modelo de notificação consta do **Anexo III** deste documento.

10. DESTRUIÇÃO DO MATERIAL VEGETAL

O material vegetal proveniente do arranque de plantas ou das podas sanitárias deve ser destruído no local, seja através do seu enterramento em vala profunda (pelo menos com 50 cm de profundidade) ou a sua queima. No caso de não ser possível proceder de imediato à destruição dos vegetais, os mesmos poderão ser amontoados, pulverizados com hipoclorito de sódio a 12% ou peróxido de hidrogénio a 130 volumes e cobertos com plástico até à sua destruição.

Quando realizada a queima devem ser cumpridos todos os dispositivos de segurança e regulamentares previstos no Decreto-Lei n.º 124/2006, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009.

Tendo em conta o previsto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, relativo à queima de sobrantes e realização de fogueiras, a queima de sobrantes das explorações agrícolas é, regra geral, proibida durante o período crítico e, fora deste, nos dias em que o risco de incêndio é considerado muito elevado ou máximo. Não obstante esta proibição geral de realização de queimas, o n.º 4 do artigo 28.º prevê a sua possibilidade quando decorre de exigências fitossanitárias de cumprimento obrigatório.

Para conhecimento do risco de incêndio diário podem ser consultadas as seguintes entidades: as câmaras municipais, os gabinetes técnicos florestais dos municípios, os serviços municipais de proteção civil, os serviços da Autoridade Florestal Nacional, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, os corpos de bombeiros ou os serviços do SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR.

As queimas realizadas, por motivos fitossanitários, nos espaços rurais durante o período crítico, e fora deste período, mas sempre que o risco de incêndio florestal é muito elevado ou máximo, devem ser realizadas na presença de uma unidade de um corpo de bombeiros ou de uma equipa de sapadores florestais. Neste sentido, devem os proprietários dos vegetais infetados contactar previamente o dispositivo da GNR, para agendamento da realização da queima e para obter informação sobre as condições para sua realização.

Para melhor articulação entre as várias entidades envolvidas na implementação do Decreto-lei n.º 124/2006, designadamente a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANCP) e a Autoridade Florestal Nacional (AFN), a DGAV comunicará ao SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR todas as notificações oficiais enviadas pelas DRAP aos proprietários dos vegetais infetados. O SEPNA fará os contactos necessários com as restantes entidades.

A DGAV mantém informada a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANCP) sobre as regiões afetadas e nas quais se presume a necessidade de realização de queimas.

No **Anexo IV** define-se o procedimento a seguir para a realização de queimas.

11. AÇÕES DE FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Durante o ano de 2012 serão realizadas, pelas várias entidades envolvidas na execução do plano, diversas ações de formação, divulgação e sensibilização relativamente a boas práticas para o controlo e erradicação da doença. Para além disso, serão igualmente realizadas durante o corrente ano várias outras ações abaixo indicadas:

Ações de formação:

- Implementação do Plano de Ação Nacional para o Controlo do Cancro Bacteriano do Kiwi
- Entidade responsável: DGAV
- Participantes: inspetores fitossanitários das DRAP e técnicos das entidades envolvidas na execução do plano
- Data prevista: setembro

Ações de divulgação:

- Manual de Boas Práticas para o Controlo da PSA do Kiwi.
- Informação sobre a doença na página de internet na DGAV e das entidades envolvidas.
- Elaboração de desdobráveis informativos para os produtores e para os viveiristas.

ANEXOS

ANEXO I- FICHA DE PROSPEÇÃO DE PSA DO KIWI

Nº ____/____/____

INFORMAÇÃO BASE		
1. Organismo prospetado:		
2. Direção Regional:		
3. Concelho:		
3. Distrito:		
4. Freguesia:		
5. Propriedade / Local:		
6. Indicações úteis p/ localização:		
7. Proprietário:		
8. Nº de registo de operador económico:	-	
9. Hospedeiro / Meio observado:		
10. Caracterização do ponto de prospeção:		
11. Área / Nº de plantas:		
PROSPEÇÃO		1,
12. OBSERVAÇÃO VISUAL	DATA	
12.1 Presença de sintomatologia suspeita:	Não	Sim
13. COLHEITA DE AMOSTRAS	Não	Sim
13.1 Método de colheita		
13.2 Nº de amostras		
13.3 Referência e natureza das amostras		
Técnico:		
RESULTADO LABORATORIAL:		
Data:		
OBSERVAÇÕES:		
Data	1,	

ANEXO II- CONTATOS DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO FITOSSANITÁRIOS REGIONAIS

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN)

Divisão de Proteção e Controlo Fitossanitário

Lugar de Codessais

5000-421 Vila Real

Telf. 259300600 - Fax 259375292

E-Mail – dpcf.vr@drapn.min-agricultura.pt

Quinta de S. Gens – Estrada

Exterior à Circunvalação 11846

4460-281 Senhora da Hora

Telf. 229574054 - Fax 229574029

E-Mail – dpcf.shora@drapn.min-agricultura.pt

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC)

Divisão de Proteção e Qualidade da Produção

Av. Fernão Magalhães, 465

3000-177 Coimbra

Telf. 239800555 - Fax 239833679

E-Mail - dpqp@drapc.min-agricultura.pt

Estação Agrária de Viseu – Quinta do Fontelo

3540-504 Viseu

Telf. 232467220 - Fax 232467225

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT)

Divisão de Fitossanidade e da Certificação

Quinta das Oliveiras

2001-906 Santarém

Telf. 243377500 - Fax 263279610

E-Mail – prospeccao@draplvt.min-agricultura.pt

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL)

Divisão de Solos, Engenharia e Sanidade Vegetal

Apartado 83

7002-553 Évora

Telf. 266757886 - Fax 266757897

E-Mail - dsap.drapal@mail.telepac.pt

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAPALG)

Divisão de Sanidade Vegetal

Patação, Apartado 282

8001-904 Faro

Telf. 289870700/770 - Fax 289870790

E-Mail - dsap.dsv@drapalg.min-agricultura.pt

Direção Regional de Desenvolvimento Agrário (DRDA)

Direção de Serviços de Agricultura e Pecuária

Quinta de S. Gonçalo

9500-343 Ponta Delgada – R.A. Açores

Telf 296204350 – Fax 296653026

E-Mail – info.dsap@azores.gov.pt

Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRADR)

Direção de Serviços de Qualidade e Segurança Alimentar

Divisão de Proteção e Qualidade Agroalimentar

Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, nº 23-2º

9004-054 Funchal – R. A. Madeira

Telf 291201790 – Fax 291233156

E-Mail – dsqsa.dradr.sra@gov-madeira.pt

ANEXO III - MODELO DE NOTIFICAÇÃO

«Exm.º. Senhor

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

ASSUNTO: **Notificação PSA do Kiwi** – (identificação do pomar, freguesia, concelho)

O Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, proíbe a introdução ou dispersão de qualquer organismo prejudicial, que não tenha sido assinalado ou que não se encontre estabelecido no País e seja considerado perigoso para as culturas.

Considerando que a *Pseudomonas syringae* pv. *actinida*, é uma doença extremamente perigosa para a cultura do kiwi, com vista ao seu controlo e erradicação devem ser aplicadas medidas de proteção fitossanitária.

Segundo o programa de prospeções desta bacteriose, foram realizadas inspeções fitossanitárias ao pomar de V. Ex.ª, tendo sido detetada a presença da bactéria.

Assim, vem esta Direção Regional notificar V. Ex.ª para que proceda de **imediato**:

- **Ao arranque das plantas que revelarem sintomas no tronco, ou proceder ao atarraque do tronco até 1 metro abaixo do ponto de infeção desde que não sejam visíveis sintomas de infeção nos feixes.**
- **Nas plantas que não tiverem sintomas no tronco, ao corte de todos os ramos que mostrem sintomas, pelo menos 70 cm abaixo do ponto de infeção e desde que não sejam visíveis sintomas de infeção nos feixes.**
- **À destruição de todos os detritos vegetais no próprio local pela sua queima ou enterrando-os em vala profunda (com mais de 50 cm de profundidade).**
- **No caso de não ser possível proceder de imediato à destruição dos vegetais, os mesmos devem ser amontoados no próprio pomar,**

pulverizados com hipoclorito de sódio a 12% ou peróxido de hidrogénio a 130 volumes e cobertos com plástico até à sua destruição.

- **A destruição deve ser feita na presença dos serviços de inspeção fitossanitária desta DRAP, e objeto do respetivo auto de destruição, devendo para o efeito comunicar antecipadamente o dia e hora da sua realização. (FICA AO CRITÉRIO DE CADA DRAP)**
- **Ao envio do registo da origem das plantas adquiridas para a instalação do pomar bem como o histórico de saídas de material de vegetal para fora do pomar (fruta e madeira de poda).**

O incumprimento das medidas fitossanitárias determinadas na presente notificação constitui, contraordenação punível com coimas, ao abrigo do Art.º 26 do Decreto-Lei nº. 154/2005 de 6 de setembro.

Alertamos ainda para o facto de as queimas realizadas, por motivos fitossanitários, nos espaços rurais durante o período crítico, e fora deste período, mas sempre que o risco de incêndio florestal é muito elevado ou máximo, devem ser realizadas na presença de uma unidade de um corpo de bombeiros ou de uma equipa de sapadores florestais.

Neste sentido deve contactar previamente o dispositivo da GNR, para agendamento da realização da queima e para obter informação sobre as condições para sua realização.

Qualquer esclarecimento e/ou informação adicional poderá ser efetuado para a Divisão através do endereço de e-mail ou qualquer outro dos contactos indicados em rodapé.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional,

....»

ANEXO IV- QUEIMAS – PROCEDIMENTOS

As queimas realizadas, por motivos fitossanitários, nos espaços rurais durante o período crítico, e fora deste período, mas sempre que o risco de incêndio florestal é muito elevado ou máximo, devem ser realizadas na presença de uma unidade de um corpo de bombeiros ou de uma equipa de sapadores florestais e previamente comunicadas às autoridades competentes.

Procedimentos a seguir pelas entidades oficiais:

1. As DRAP enviam à DGAV cópia digitalizada das notificações e editais elaborados;
2. A DGAV comunica ao SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR todas as notificações oficiais enviadas pelas DRAP aos proprietários dos vegetais infetados assim como os editais divulgados relativos às Zonas de Segurança.
3. O SEPNA fará os contatos necessários com as restantes entidades.
4. A DGAV mantém informada a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) sobre as regiões afetadas e nas quais se presume a necessidade de realização de queimas.
5. O SEPNA enviará à DGAV informação relativa às queimas realizadas mensalmente e a informação relativa aos dias em que o risco de incêndio floresta é elevado ou máximo para ser veiculada através do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas.

Procedimentos a seguir pelos proprietários dos vegetais infetados:

1. Para saber o nível de risco de incêndio diário podem ser consultadas as câmaras municipais, os Gabinetes técnicos florestais dos municípios, os serviços municipais de proteção civil, os serviços florestais da Autoridade Florestal Nacional, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, os corpos de bombeiros ou os serviços do SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR.
2. Contatar de imediato os serviços da DRAP da área em caso de intenção de arranque e destruição de vegetais infetados, se não tiver sido recebida a respetiva notificação, incluindo se estiver inserido numa Zona de Segurança divulgada por Edital.
3. Na posse da notificação referida no ponto anterior contatar o dispositivo da GNR para agendamento da realização da queima e obter informação sobre as condições para sua realização.